



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

PROJETO DE LEI Nº 7/2026

Institui o Sistema Municipal de Identificação Animal – RG Animal, no âmbito do Município de Santa Bárbara d'Oeste, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste decreta:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Municipal de Identificação Animal – RG Animal, destinado ao registro e à identificação eletrônica, por meio de microchip, de cães e gatos pertencentes a tutores residentes no Município, bem como daqueles acolhidos, resgatados ou disponibilizados para adoção pelos serviços públicos municipais.

Art. 2º O sistema terá como finalidade:

- I – promover o controle populacional e sanitário de cães e gatos;
- II – facilitar o acesso aos históricos clínicos, vacinação e demais dados de saúde animal;
- III – aprimorar as ações de vigilância em zoonoses e bem-estar animal;
- IV – responsabilizar os tutores quanto aos cuidados e obrigações com seus animais;
- V – integrar as informações das unidades públicas, tais como:
 - a) Meu Pet Municipal;
 - b) Departamento de Vigilância em Zoonoses;
 - c) Setor de Bem-Estar Animal;
- VI – facilitar ações de resgate, devolução ao tutor e adoção responsável.

Art. 3º A identificação dos animais será realizada por microchipagem, mediante inserção subcutânea de microchip com numeração única e permanente, conforme padrões técnicos nacionalmente reconhecidos.



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

Art. 4º O RG Animal será obrigatório para:

I – animais atendidos nos serviços públicos de saúde e bem-estar animal;

II – animais vacinados, castrados ou microchipados em campanhas promovidas pelo Município;

III – animais disponibilizados para adoção pelos órgãos públicos.

Parágrafo único. Os tutores poderão solicitar voluntariamente o cadastramento e a microchipagem de seus animais, mesmo que não sejam usuários dos serviços públicos.

Art. 5º O Município poderá promover mutirões de microchipagem, campanhas educativas, feiras de adoção e demais ações complementares visando conscientização, vacinação e registro dos animais.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – adquirir microchips, leitores, computadores e demais equipamentos necessários;

II – capacitar equipes técnicas para implantação e manutenção do sistema;

III – modernizar a infraestrutura dos setores responsáveis pelo atendimento animal;

IV – estabelecer parcerias com instituições públicas, privadas, ONGs e entidades de proteção animal.

Art. 7º A administração municipal deverá manter banco de dados unificado, contendo as informações dos animais cadastrados e de seus respectivos tutores, garantindo-se sigilo dos dados pessoais conforme legislação vigente.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei estabelecendo normas técnicas, procedimentos de implantação, integração dos setores e demais disposições necessárias ao seu cumprimento.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário “Dr. Tancredo Neves”, 23 de janeiro de 2026.

Cabo Dorigon
Vereador





Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir, no âmbito do Município de Santa Bárbara d'Oeste, o **Sistema Municipal de Identificação Animal – RG Animal**, voltado ao registro e à identificação eletrônica de cães e gatos, por meio de microchipagem, abrangendo tanto os animais pertencentes a tutores residentes no município quanto aqueles acolhidos, resgatados ou disponibilizados para adoção pelos serviços públicos municipais.

O Município enfrenta dificuldades na identificação individualizada, no controle populacional e no acompanhamento sanitário de cães e gatos atendidos pelos serviços públicos. A falta de registro adequado prejudica a continuidade dos tratamentos, dificulta o acesso aos históricos clínicos, compromete campanhas de vacinação e limita a atuação da Vigilância em Zoonoses.

A proposta surge da necessidade de aprimorar as políticas públicas de bem-estar animal, saúde pública e controle de zoonoses, considerando que a ausência de um sistema unificado de identificação dificulta o acompanhamento sanitário dos animais, o controle populacional e a responsabilização dos tutores, além de impactar diretamente na segurança e na saúde da coletividade.

A microchipagem é reconhecida nacional e internacionalmente como método seguro, permanente e eficaz de identificação animal, permitindo o acesso rápido a informações essenciais como histórico clínico, vacinação, castração e dados do responsável legal. Tal ferramenta contribui significativamente para a prevenção de doenças transmissíveis, para o planejamento de campanhas públicas e para o fortalecimento da vigilância em zoonoses, atividade de competência do Poder Público Municipal.

Além disso, o sistema proposto possibilita a integração das informações entre os setores já existentes no Município, como o Meu Pet Municipal, o Departamento de Vigilância em Zoonoses e o Setor de Bem-Estar Animal, otimizando recursos, evitando retrabalho e garantindo maior eficiência administrativa. Essa integração também favorece ações de resgate, identificação de animais perdidos, devolução aos tutores e estímulo à adoção responsável.

Outro aspecto relevante é a promoção da responsabilidade dos tutores, uma vez que o registro formal dos animais reforça o dever legal e



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”



moral de garantir cuidados adequados, prevenindo abandono e maus-tratos. Ao mesmo tempo, a possibilidade de adesão voluntária amplia o alcance do programa, incentivando a participação da sociedade e fortalecendo a consciência coletiva sobre a guarda responsável.

O Projeto respeita os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e proteção de dados pessoais, ao prever a manutenção de banco de dados unificado com garantia de sigilo das informações, conforme a legislação vigente, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Cumprе destacar que a iniciativa não cria despesas de forma imediata e desordenada, mas autoriza o Poder Executivo a estruturar, regulamentar e implementar o sistema conforme a disponibilidade orçamentária, inclusive por meio de parcerias com entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil, o que amplia a viabilidade e sustentabilidade da medida.

Diante do exposto, resta evidente que o presente Projeto de Lei representa um avanço significativo nas políticas públicas de saúde, bem-estar animal e proteção da coletividade, sendo medida de relevante interesse público, motivo pelo qual se solicita o apoio dos Nobres Vereadores para sua aprovação.

Plenário “Dr. Tancredo Neves”, 23 de janeiro de 2026.

Cabo Dorigon
Vereador





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de De Santa Bárbara d'Oeste. Para verificar as assinaturas, clique no link:

<https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=73U985H137XAH540> ,

ou vá até o site <https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 73U9-85H1-37XA-H540



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO Nº 713/2026 23/01/2026 14:19 - CHAVE: 73U9-85H1-37XA-H540